

CULTURA ESCOLAR, RITUAIS CÍVICOS E ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS DE ALFENAS DURANTE O REGIME MILITAR¹

SCHOOL CULTURE, CIVIC RITUALS AND HISTORY TEACHING IN ALFENAS SCHOOLS DURING THE MILITARY REGIME

Juliana Miranda Filgueiras²
Jorge Eduardo Lima Araújo³

Resumo

O artigo procura analisar as atividades cívicas e os rituais que integraram a cultura escolar de três escolas de Alfenas, no sul de Minas Gerais, durante o regime militar. Para tanto, utiliza o conceito de cultura escolar, a partir dos estudos de Viñao Frago e Escolano, que abordam os rituais cívicos e festas escolares como atividades que integram as práticas cotidianas das instituições educativas. Desse modo, foram selecionadas fontes dos “arquivos mortos” das escolas e realizadas entrevistas com uma ex-aluna, uma professora e uma diretora. A pesquisa permitiu identificar que datas tradicionais como o aniversário de cidade e a Independência do Brasil fundamentavam as comemorações e desfiles cívicos, mas novas datas também foram inseridas, como o aniversário da “Revolução de 1964”. Esses eventos ocorriam internamente às escolas, mas atingiam seu ponto central na realização dos desfiles na praça da cidade, com a presença das fanfarras e do grupo de dança moderna. As escolas realizavam ainda concursos cívicos com temáticas que abordavam a história brasileira, os símbolos nacionais, o folclore, o dia do índio, Santos Dumont etc. Nessa perspectiva, a história escolar se manteve como disciplina responsável por conceber tradições compartilhadas, por meio do saber ministrado nas salas de aula, mas também pelas outras práticas cotidianas, nas celebrações aos heróis nacionais, nas apresentações de poesias, pesquisas e concursos de redação.

Palavras-chave: Civismo. Cultura escolar. Ensino de história. Alfenas.

Abstract

The article analyzes the civic activities and rituals that were part of the school culture of three schools in Alfenas, in the south of Minas Gerais, during the military regime. To this end, it uses the concept of school culture from the studies of Viñao Frago and Escolano, which address the civic rituals and school festivals as activities that integrated the daily practices of educational institutions. Thus, sources of the schools "dead files" were selected and a former student, a teacher and a principal were interviewed. The research allowed us to identify that traditional dates, such as the anniversary of the city and the Independence of Brazil, were the

¹ O artigo contou com financiamento da Fapemig – n. processo CHE-APQ-01599-15, e integra a pesquisa *O ensino de História nas escolas de Alfenas e as reformas educacionais da ditadura militar*.

² Doutora em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio Pós-doutoral pela Universidade Federal de São Paulo. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jufilgueiras@gmail.com

³ Professor da rede estadual de ensino de Minas Gerais. Leciona atualmente na Escola Estadual João Nunes Ferreira, em Lambari-MG. Graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: jorgeeduardoalima@gmail.com

core of the celebrations and the Civic Parade, but new dates, as the anniversary of the "Revolution of 1964", were also observed. These events happened within the schools but reached their central point in performing the Parade in the city square with the presence of Marching Bands and the modern dance group. The schools also held civic competitions with themes that addressed the Brazilian History, national symbols, folklore, the day of the Indian, Santos Dumont, etc. In this perspective, the school history continued being a discipline responsible for conceiving shared traditions through the knowledge taught in the classrooms, but also by other daily practices, celebrations of national heroes, poetry presentations, research and essay contests.

Keywords: civility. school culture. History teaching. Alfenas.

As festas escolares e rituais cívicos integram a cultura escolar das instituições educativas desde a consolidação das escolas como espaços formais de instrução e socialização das crianças e jovens. Antonio Viñao Frago (2007, p. 87), destaca que a cultura escolar é constituída por “um conjunto de teorias, princípios, normas, rituais, inercias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentados ao longo do tempo”, que são evidenciados pelas “tradições, regularidades e regras do jogo” transmitidos para cada nova geração. Assim, os rituais cívicos e as tradições construídas a partir deles são inerentes às práticas cotidianas das escolas.

Segundo Augustin Benito Escolano (2017), os ritos e rituais configurados no cotidiano das escolas exercem pressão sobre os sujeitos que participam da experiência compartilhada. As ritualizações constituem tradições, práticas e hábitos que “afetam o *ethos* dos atores envolvidos” (ESCOLANO, 2017, p. 78). Compreendidos como “processos de passagem”, os rituais estabelecem mudanças e incorporações efetivadas por “jogos simbólicos que, no caso da escolarização costumam consistir na encenação de situações sociais em que figuram: hinos, bandeiras, saudações, juramentos de adesão, orações, exames e outras mediações de caráter simbólico e formal” (ESCOLANO, 2017, p. 79). Os rituais cumprem o papel de sacralizar os valores legitimados pela sociedade, além de conservar a ordem e a disciplina (ESCOLANO, 2017). Nesse sentido, as festas escolares e eventos cívicos assumem importante significado para a incorporação de práticas e valores de determinada sociedade. Os rituais de civismo, como indica Escolano, permitem aos jovens incorporarem “habilidades sociais” imprescindíveis ao viver coletivo

Os rituais são executados mediante cerimônias ditadas pela tradição, as quais devem ser realizadas corretamente. É possível, inclusive, que tais comportamentos sejam praticados com prazer: as crianças gostam dos cumprimentos [...] acatam com entusiasmo determinadas condutas rituais [...] (ESCOLANO, 2017, p. 87)

Portanto, torna-se imperativo compreender historicamente como a escola construiu seus rituais cotidianos buscando se acomodar e incorporar as regras e normas estabelecidas pelo Estado.

No Brasil, a escola foi considerada instituição estratégica para a formação de uma nova nacionalidade no começo da República, com o objetivo de formar o espírito cívico do cidadão republicano. Rosa Fátima de Souza, ao analisar a criação dos grupos escolares em São Paulo no fim do século XIX, verificou que para os educadores do período, sob inspiração da Revolução Francesa, a escola representaria as luzes, “a vitória da razão sobre a ignorância, [...] instrumento de consolidação do regime republicano” (1998, p. 171). A formação do novo homem, do “homem moderno”, implicava que a escola primária servisse como instrumento de “homogeneização cultural e de civilização das massas”, por meio da transmissão de conhecimentos com base “nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e nas exigências da preparação para o trabalho” (SOUZA, 1998, p. 171). Nesse sentido, uma pedagogia moral e cívica foi constituída:

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíam momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados (SOUZA, 1998, p. 241).

Assim, dentre os rituais produzidos pela escola destacam-se as festas e as comemorações cívicas, que buscavam “solenizar algumas datas notáveis de nossa história” (SOUZA, 1998, p. 265). Conforme Souza, “ao fazer das datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola um instrumento de lembrança e de memória histórica” (1998, p. 265).

Circe Maria Fernandes Bittencour (1994), ressalta que o saber da história escolar é ensinado em outros ambientes além das salas de aula, por meio da memória histórica construída nas práticas das festas comemorativas de homenagem aos heróis nacionais. Nas primeiras décadas do século XX a escola oficial recebeu atividades compostas por comemoração de “datas nacionais”, hasteamento da bandeira, canto dos hinos pátrios e uma “série de outras festividades que foram englobadas sob o título de ‘cívicas’” (BITTENCOURT, 1994, p. 44). Nesse sentido, a história da pátria era construída também por meio dos rituais cotidianos, pois a escola pública tinha como missão fomentar a construção de

uma tradição nacional “em torno de um passado único, construtor da nação”. As atividades cívicas reforçariam essa memória coletiva (BITTENCOURT, 1994, p. 47).

Outro momento da história brasileira em que as ações cívicas tiveram destaque no cotidiano escolar, ocorreu durante o regime militar, quando algumas datas e comemorações cívicas foram ressignificadas e outras foram criadas. A obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica⁴ colaborou para a ampliação desses rituais e festividades, que aconteciam em parceria com as disciplinas de História, Geografia, Estudos Sociais e Educação Física. Tais rituais escolares pretendiam legitimar os governos militares e constituir o imaginário de um país ordeiro e voltado para o progresso.

Nesse período, em Alfenas, pequena cidade localizada no sul de Minas Gerais, as atividades cívicas faziam parte das práticas cotidianas das escolas primárias e dos ginásios públicos. As comemorações realizadas pelas escolas incluíam culto às datas cívicas, como o dia de Tiradentes, o aniversário da cidade, a Independência do Brasil e o aniversário da “Revolução de 1964”. Além das comemorações, os estudantes eram estimulados a participarem de concursos culturais e atividades internas às instituições, com destaque para as fanfarras e grupos de dança.

Desse modo, a proposta deste artigo é analisar as atividades cívicas que constituíram a cultura escolar de três escolas fundadas entre os anos 1960 e 1970 na cidade de Alfenas: o ginásio Inconfidência, o ginásio Polivalente e o grupo escolar Professor Vianna. Para tanto, foram selecionadas fontes dos “arquivos mortos” das instituições e realizadas entrevista com uma ex-professora, uma ex-aluna e uma ex-diretora.

Para análise das fontes produzidas pelas escolas foi preciso problematizar o trabalho com arquivos escolares, como destacam Antônio Simplício de Almeida Neto (2014) e Diana Gonçalves Vidal (2005). Para estes pesquisadores os arquivos possuem documentos que possibilitam identificar os fazeres cotidianos das instituições educativas e perceber “como os sujeitos traduziram e traduzem regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos em práticas escolares” (VIDAL, 2005, p. 26). Ao buscar discutir aspectos da cultura escolar e do ensino de História durante a ditadura militar em algumas escolas da cidade de São Paulo, Almeida Neto (2014) utilizou os documentos dos arquivos das instituições, buscando compreender como as reformas de ensino foram apropriadas no cotidiano escolar e o posicionamento dos sujeitos em relação ao regime militar.

⁴ A disciplina Educação Moral e Cívica foi criada em 1969, por meio do Decreto-lei n. 869/69 (FILGUEIRAS, 2006)

As três escolas pesquisadas possuíam diferentes espaços que guardavam os documentos antigos. No Colégio Dr. Emílio Silveira parte dos documentos estava em uma sala com várias caixas e em armários na sala da Direção. A escola Prof. Vianna possuía uma sala com todo o “arquivo morto” da instituição, que abrangiam documentos desde as origens da escola. Na escola Polivalente os documentos estavam em um armário na Secretária e em algumas pastas numa sala anexa. Desse modo, foi preciso estar atento ao que Vidal atribui como uma espécie de *seleção natural*, na qual apenas alguns documentos sobrevivem, uma vez que “a ordenação administrativa impressa pelas secretarias aos documentos visa assegurar uma eficácia à burocracia da escola” (VIDAL, 2007, p. 22). Logo, em conjunto com a documentação física, as entrevistas com uma ex-aluna, professores e diretores, permitiram identificar algumas possibilidades de análise das práticas cotidianas, da cultura escolar e da vida desses sujeitos durante o “tempo de escola”. Para tanto, tomamos como referência o conceito de memória para Halbwachs (1990) e Pollack (1992). As memórias analisadas apresentam a experiência de cada sujeito de modo individual, mas são entendidas, conforme Halbwachs, como coletivas, uma vez que as memórias individuais se ancoram na memória social como narrativas de eventos compartilhados na vida e lugar de um grupo.

EXPANSÃO ESCOLAR NA CIDADE DE ALFENAS

As três escolas analisadas foram criadas a partir de 1960, em um contexto de expansão da escolarização no Brasil. De acordo com Celso de Beisegel (1984), desde os anos 40 o Brasil passava por um acelerado crescimento na área educacional, com o aumento do ensino primário, e a ampliação do ensino secundário, por meio da criação de ginásios públicos e colégios particulares. A partir de 1950, principalmente no processo de urbanização das cidades, começaram a ser criados os primeiros ginásios públicos fora dos grandes centros urbanos (SOUZA, 2008, p. 189). De acordo com Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer⁵, a expansão da educação escolar no estado de Minas Gerais teria sido impulsionada durante o governo de Magalhães Pinto, entre 1961 e 1965 (1991, p. 45).

Em Alfenas, até o começo da década de 1960, a cidade contava com alguns grupos escolares públicos e um ginásio particular. O primeiro ginásio público começou a ser estruturado a partir de verba de entidades privadas em 1959. O Ginásio Inconfidência, como

⁵ A professora Aspásia Vianna Manso Vieira Ayer publicou um livro em 1991 que narrava, a partir de suas memórias, a história das escolas de Alfenas..

foi denominado inicialmente, recebeu autorização oficial em 1962 e era uma instituição particular mantida, primeiramente, pelo município e, posteriormente, reconhecido pelo governo do Estado (AYER, 1991, p. 20). De acordo com Ayer, a construção do estabelecimento envolveu diferentes setores da cidade. O ginásio estava sob responsabilidade da Associação Educacional de Alfenas e seria subsidiado pela prefeitura, que pagaria os salários dos professores. O primeiro diretor da escola foi o professor Sebastião Mariano Franco de Carvalho (AYER, 1991, p. 20-21). Em 1963, o ginásio tornou-se uma escola estadual e foi renomeado Colégio Estadual Inconfidência. Após a lei n. 5.692/71 passou a denominar Escola Estadual Dr. Emilio Silveira (FILGUEIRAS, 2016, p. 6-7).

A segunda escola analisada, foi o Grupo Escolar Professor Vianna, inaugurado em fevereiro de 1964, por meio do decreto n. 7.435, com o objetivo de atender crianças de um bairro carente de Alfenas (FILGUEIRAS, 2016, p. 10). O grupo escolar foi aberto em um espaço improvisado, com os banheiros e chuveiros construídos pela prefeitura, os móveis, uniformes e comida doados. A primeira diretora da escola foi Tereza Carvalho, pedagoga formada pelo Instituto de Educação de Belo Horizonte. Após o golpe de março de 1964, o grupo conseguiu verba para a construção de um prédio novo, a partir da atuação de Aspásia Ayer como representante do MEC junto ao Plano Nacional de Educação. O prédio começou a funcionar em 1965, onde permanece até os dias atuais.

A última instituição analisada foi o ginásio Antônio Joaquim Vieira, o Polivalente, criado em 1970 pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (FILGUEIRAS, 2016, p. 9). Em 1972, no início do processo de implantação da reforma do ensino instituída pela lei n. 5.692/71, o ginásio foi transformado em uma escola Polivalente, instituição criada como parte dos acordos MEC-USAID⁶, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN), que pretendia integrar educação técnica e geral, com uma proposta de currículo voltado para as aptidões dos alunos (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2013). Com o objetivo central de colaborar para a efetivação da reforma da educação básica, o Programa pretendia “alterar e melhorar profundamente os aspectos qualitativos do ensino de 1º grau” por meio de “um novo modelo de escola fundamental numa filosofia de educação atenta às novas necessidades da juventude, da comunidade e do país” (Regimento Polivalente, 1975, p. 2)⁷. A expectativa era a de que essas escolas influenciassem toda a rede escolar.

⁶ A partir de 1964, o Brasil estabeleceu uma série de acordos com a agência estadunidense *U.S. Agency for International Development* (USAID). Para saber mais ver: Arapiraca (1982) e Alves (1988).

⁷ De acordo com Resende e Gonçalves Neto (2013, p. 01), os primeiros ginásios Polivalentes no estado de Minas Gerais foram criados em 1971 em oito cidades: Caeté, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia,

Para a criação do ginásio Polivalente de Alfenas um terreno foi doado pela prefeitura. Os professores e equipe técnica-administrativa receberam formação em cursos especiais ministrados na Universidade Federal de Minas Gerais em um convênio firmado entre o PREMEN-MG e a Secretaria de Estado de Educação do estado. Em 27 de abril de 1972, por meio do decreto n. 14.466, o ginásio Polivalente foi denominado Escola Estadual Polivalente “Antônio Joaquim Vieira”. O seu primeiro diretor foi Wanderlei dos Santos Ribeiro, pároco da principal Igreja da cidade, São José e Dores.

HISTÓRIA, CIVISMO E COMEMORAÇÕES ESCOLARES

Conforme destaca Bittencourt (1994), os rituais das festas cívicas integram a cultura das escolas brasileiras desde o começo do século XX. Em tais eventos uma memória histórica é produzida, que busca inventar uma tradição nacional. Em Alfenas, ofícios, cartas, circulares e fotografias localizados nas três escolas indicam uma intensa participação dos alunos e professores nas comemorações de datas cívicas, entre eles a Semana da Pátria, o dia da bandeira e o aniversário da cidade.

O documento mais antigo encontrado data de 9 de janeiro de 1971 e trata-se de um ofício assinado pela inspetora de ensino ao grupo Prof. Vianna, informando sobre os dias letivos daquele ano e as comemorações cívico-sociais que deveriam ser realizadas pelos grupos escolares: dia de Tiradentes, dia do Trabalho, dia de Caxias, semana da Independência, a Proclamação da República, o dia da Bandeira, além do dia da Professora e datas de festas religiosas.

O tema das comemorações cívicas foi abordado novamente em janeiro de 1974, quando a Diretoria Regional de Educação (DRE) de Varginha enviou às escolas de Alfenas uma revista institucional que tratava do calendário cívico escolar. Antes de apresentar as datas consideradas cívicas, um texto introdutório do “Núcleo de Programas Culturais e Especiais” esclarecia a importância do calendário:

Teófilo Otoni, Uberaba, Divinópolis, Montes Claros e Patos de Minas. O ginásio Polivalente de Alfenas foi criado na segunda etapa do programa, junto com mais 24 municípios. Um documento localizado no arquivo da Escola Antônio Joaquim Vieira, intitulado “Dados e informes referentes ao PREMEN”, com data de 1975, informa que o PREMEN teria a função de ampliar a oferta de matrículas e propor opções para reformulação da escola antiga, por meio de um modelo de escola “compatível com o regime instituídos pela Lei Federal 5.692/71, na certeza de que tal modelo representará um impacto renovador no quadro rotineiro e já inadequado do ensino de 1º e 2º graus”.

O calendário cívico-escolar não deve constituir-se de um amontoado de datas e nomes a serem memorizados. A memorização desfibra o sentimento, artificializa a expressão e nega a pedagogia.

A missão do professor é fazer com que datas e nomes “falem” ao aluno; é por ao seu alcance o verdadeiro significado da instituição, da data, do herói que se celebra na ocasião.

Havendo pureza nos valores adquiridos na infância, as crises da adolescência não conseguirão demolir o culto do bem e do dever no coração dos moços.

[...]

Como a maioria das comemorações transcende os limites físicos da sala de aula e da escola, tornando-se uma comunhão de um culto ao valor, pense o professor que ele e seus alunos não poderão deixar de sentir-se membros da fraternidade universal, cidadãos integrados os destinos da Pátria, colaboradores da grandeza da sua região, co-responsáveis pela riqueza do seu Estado e membros ativos de suas comunidades.

O apelo a uma perspectiva emocional das comemorações e de introjeção de valores e sentimentos estava evidente, por meio da construção de uma narrativa que integrava o local - os alunos e a região - ao nacional e universal, em busca de imprimir uma noção mais ampla de pertencimento e responsabilidade nos estudantes, que colaborariam para ampliar a riqueza da região.

Após essa introdução eram elencados dias cívicos em cada mês do ano, divididos entre fatos ou personagens históricos, dias temáticos e eventos cristãos, como por exemplo: dia do fisco; elevação do Brasil e vice-reino; abertura dos portos brasileiros às nações amigas; coroação de D. João VI; “revolução democrática: movimento para assegurar a legalidade no país (1964)”; abolição da escravatura do índio brasileiro; D. Pedro I abdica do trono; dia do índio; execução de Tiradentes; transferência da capital Federal do Brasil para Brasília; descoberta do Brasil; “Dia do Trabalho: instituído para se promover cada vez mais o valor moral e material do trabalho”; Dia das Américas; dia de Anchieta; nascimento de Pedro Álvares Cabral; dia do bombeiro; centenário de Santos Dumont.

Os dias sugeridos pela DRE-Varginha estabeleciam novamente uma narrativa da história brasileira, sobretudo na perspectiva de uma história política. A aproximação entre o ensino de história e as comemorações das festas cívicas tornava-se mais explícita nas comemorações da Semana da Pátria, evento que integrava todas as escolas da cidade e a prefeitura. Em 1972, um relatório de 15 de setembro, do ginásio Polivalente descrevia as atividades realizadas na Semana da Pátria, assinado pela direção da escola. De acordo com o documento, a semana contou com as seguintes atividades:

1ª - Abertura da Semana da Pátria com uma GINCANA DA INDEPENDÊNCIA, realizada durante todo o dia 1º de setembro, com participação de oito equipes, cada uma com 15 alunos. Os resultados foram

excelentes, tanto na parte de arrecadação de gêneros para a cantina e de livros para a biblioteca, como na parte de estudo e pesquisa de dados históricos, como também na parte de recreação e diversão.

2^a - Houve hasteamento diário da Bandeira, com palavras alusivas de diversos professores [...]

3^a - Os professores de História e Moral e Cívica e de Comunicação desenvolveram temas relacionados com as comemorações do sesquicentenário.

4^a - Participação Global no desfile de 7 de setembro, estando todos os alunos presentes, com controle de presença. A escola Polivalente, por estar iniciando seus primeiros passos, e por não possuir uma fanfarra, nem professor de Educação Física, teve uma ampla cobertura do TG-71, para que pudesse se apresentar assim: com um pelotão de bicicletas, um de bandeiras e porta-bandeiras, dois grupos com faixas alusivas, um pelotão com a inscrição: 7 de setembro de 1822, um pelotão de meninos marchando, um carro alegórico com uma representação de Tiradentes: “Tudo começou com ele”.

Os temas desenvolvidos nas palestras dos professores de História e Educação Moral e Cívica trataram aspectos da história brasileira que revelaram a construção de uma memória histórica escolar, a partir de uma narrativa heroica empreendida por determinados personagens.

O primeiro professor apresentou uma síntese da história do Brasil, que iniciava com a chegada de Pedro Álvares Cabral até a independência. A história do país era narrada como uma saga, liderada pelos portugueses, em que atuavam grandes personagens, Pedro Álvares Cabral, Frei Henrique de Coimbra, Pero Vaz de Caminha, Tiradentes, D. João VI e D. Pedro:

O ano 1500, uma cruz foi plantada em solo brasileiro. Pedro Álvarez Cabral, Frei Henrique de Coimbra, Pero Vaz de Caminha e outros abriram ao mundo as portas deste continente estranho e misterioso. E plantaram uma grande cruz, traçando desde primeiro instante o sublime e grande destino desta terra abençoada por Deus.

[...] páginas de heroísmo foram escritas em manchetes de sangue ao longo dos séculos, para proteger a liberdade da riqueza e a riqueza da liberdade contra invasões piratas.

Sim, o sangue de Tiradentes não se derramou em vão! Porque os grandes sacrifícios são sementes férteis de gestos generosos.

[...] Dom João VI chegara ao Brasil, trazendo consigo a Corte de Portugal. O Brasil dava passos de gigante na busca de sua grandeza. Fundava-se o reino unido de Portugal [...]

D. Pedro viera ao Brasil com 9 anos de idade e se acostumara a amar de todo o coração esta terra tão boa e tão generosa. Ao ser investido da regência, seu coração abriu-se para em par em gestos de amor e magnanimidade. Era um país continente nas mãos de um jovem idealista. Um jovem em cujas mãos se colocara o destino de uma nação. Liberdade ou escravidão. Avanço no tempo ou recuo ao passado. Bandeira aberta nos céus ou bandeira enrolada e reta. Fronte erguida e fremente ou cabeça curvada e trôpega...

Jovem D. Pedro! Que dizes das agressões à dignidade de teu país? Como respondes às ameaças de escravidão? Que fazes quando as Cortes de Portugal resolvem transformar tua pátria em colônia submissa?

E um grito é ouvido: “Independência ou morte!”.

1972.... Lá se vão cento e cinquenta anos desde que soou pelos céus do Brasil o grito da liberdade. Há 150 anos de constrói, pedra por pedra, a grandeza desta terra independente e livre. Nossos antepassados plantaram sacrifícios, suor e lágrimas. Mas não foi em vão...

O segundo professor, de modo mais sucinto, narrou os acontecimentos que antecederam o grito de Independência em 1822. Em seguida enalteceu alguns personagens do país, entre eles Villa Lobos, Santos Dumont, Rui Barbosa, e alguns aspectos do desenvolvimento nacional no ano de 1972 - o crescimento industrial, a literatura e as artes, as universidades, a construção de estradas, como a Transamazônica, e a ampliação dos meios de comunicação. Ao encerrar o discurso reforçou a necessidade de participação de todos para o progresso do país, incluindo “o pai e a mãe de família, o professor, o médico, o lixeiro etc., cada um desempenhando bem sua missão”. Os estudantes, a partir da reflexão sobre o passado e o presente, poderiam construir o futuro do país que, segundo o autor, “aboliu a escravidão, misturou as raças e os costumes mais diversos e que não obstante a sua imensidão territorial e o grande número de imigrantes, possui a mesma língua e o mesmo sentimento”. A modo mais valioso de homenagear o Imperador D. Pedro seria servindo ao progresso do país⁸.

Os dois discursos reforçavam uma narrativa da história do Brasil já institucionalizada como uma memória nacional, por meio do estabelecimento de um passado único e grandioso, conforme destaca Bittencourt (1994). Nesta narrativa, em que o Brasil seguia um caminho rumo ao progresso, o povo e os estudantes eram chamados a participar, “desempenhando bem sua missão”, cada um de acordo com sua profissão ou área de atuação na sociedade. Não existia espaço para conflitos (FILGUEIRAS, 2018).

Os documentos das três escolas indicam que todos os anos eram organizadas reuniões para a realização da Semana da Pátria. Em agosto de 1973, uma comunicação interna da direção do ginásio Polivalente solicitava aos professores de História e Educação Física que preparassem os alunos para participarem da comemoração da Independência do Brasil. Em 1976, a direção do Prof. Vianna apresentava um cronograma das atividades da Semana da Pátria que incluía: hasteamento da Bandeira Nacional; canto do hino nacional; realização de um concurso a partir do slogan “Este é um país que vai para a frente”; palestra sobre a “A Independência”; confecção de um jornal mural que trataria das causas e consequências da

⁸ Palestras anexas aos ofícios sobre a Semana da Pátria de 1972.

Independência. No ano de 1979, por meio de um ofício, nº 254, o prefeito de Alfenas convidava a direção de todas as escolas da cidade para participarem da reunião que trataria da programação das comemorações da Semana da Pátria.

Mesmo em 1985, no fim da ditadura e início da redemocratização, a prefeitura de Alfenas centralizava a programação da Semana da Pátria. Neste ano, as escolas participariam em conjunto com grupos de escoteiros, o Tiro de Guerra e a Polícia Militar⁹. A semana começaria com uma abertura solene que incluía o hasteamento da bandeira na praça central. O hasteamento da bandeira permaneceria ao longo de toda a semana sob responsabilidade das escolas da cidade. O desfile cívico na Praça Getúlio Vargas era o grande encerramento do evento.

No ano seguinte, em 1986, a direção do Prof. Vianna apresentava um plano de atividades para a Semana da Pátria que destacava a data como um momento importante para o desenvolvimento do senso patriótico nos alunos, o respeito aos elementos históricos e nacionais e aos símbolos da pátria. As atividades propostas deveriam ser desenvolvidas pelos conteúdos curriculares de Educação Física, Comunicação e Expressão e Estudos Sociais. Dentre as ações destacavam-se o hasteamento da bandeira e canto do hino nacional, jograis e recitação de poesia sobre a Independência, canto da música “Eu te amo meu Brasil”, produção e exposição de cartazes e a participação no desfile cívico da cidade.

O detalhamento na organização da Semana da Pátria durante os anos 70 e 80 demonstrava a importância dessa festa cívica, que envolvia quase todas as escolas da cidade. Algo de destaque, ainda, era o fato de que a comemoração da Independência do Brasil, realizada em eventos que incluíam atividades nas escolas e fora dos espaços escolares, ao longo de toda a primeira semana de setembro, mobilizava a cidade como um todo, e pretendia integrar a população em um processo de sociabilidade partilhada.

Outra data central nas festas cívicas das escolas era a participação no aniversário da cidade. A prefeitura de Alfenas incentivava e elogiava a “qualidade patriótica e cívica” das instituições que integravam o evento. No ginásio Polivalente, uma comunicação interna de 8 de outubro de 1973 convocava os professores para a organização do desfile obrigatório de 15 de outubro, aniversário de Alfenas. Participariam do desfile os alunos e alunas das 5^a e 6^a séries. O documento recomendava a divisão das tarefas dos professores:

⁹ Participaram da Semana da Pátria em 1985 as escolas E.E. Judith Vianna, E. E. Prof. Vianna, Cel. E.E. José Bento, E.E. Prof. Levindo Lambert, E.E. Prof. Vianna, E.E. Prof. Arlindo Silveira, E.E. Prof. Ismael Brasil Corrêa, E.E. Samuel Engel, E.E. Madre Maria Luiza Hartzler, E.E. Dr. Emílio da Silveira, E.E. Antônio Joaquim Vieira (Polivalente), Colégio Atenas e Colégio Sagrado Coração de Jesus.

- a. Os professores de Artes Industriais [...] ficarão responsáveis pela parte artística do Carro alegórico [...];
- b. Os professores de Educação Física ficam responsáveis, com a administração da escola, pela montagem do carro alegórico [...];
- c. Os professores de Educação Física ficam responsáveis pela condução dos alunos durante o desfile, assim como pelo treinamento e distribuição dos mesmo em pelotões [...].

A documentação possibilita perceber que o corpo docente se mobilizava para a organização e participação da escola, incluindo treinamento dos alunos e produção artística do carro alegórico. As legendas das fotos do ginásio Polivalente demonstravam orgulho e valorização em participar do desfile de 15 de outubro:

Com a mesma elegância de sempre, a representação da escola Estadual Antônio Joaquim Vieira desfila homenageando Alfenas por mais um aniversário. É sempre uma alegria para o público a presença do Polivalente nas grandes ocasiões e festividades realizadas na cidade.

A apresentação da escola também era valorizada pela prefeitura, como se verifica por um ofício de 1975, em que o Prefeito parabenizava o Polivalente e elogiava

a brilhante participação dessa unidade de ensino no desfile cívico-militar [...].

A colaboração prestada por V. S., à qual se soma o trabalho desenvolvido pelos professores e o entusiasmo demonstrado pelos alunos dessa escola, foi fator preponderante para o sucesso alcançado, impondo-se, por isso, como um ato de justiça, esta manifestação de agradecimento da administração municipal.

Ao congratular-me com essa casa de ensino pela magnífica demonstração de civismo, registro as expressões de minha imorredoura gratidão.

Ao longo dos anos 70 até 1982 foram encontrados convites e normas da prefeitura de Alfenas encaminhadas para as escolas com roteiros para os desfiles de aniversário da emancipação do município. Os roteiros detalhavam o trajeto, a ordem das escolas e as ações realizadas. Participavam escolas estaduais, municipais e particulares, demonstrando, novamente, a sociabilidade em torno do evento.

A documentação também indicou uma interação entre as escolas da cidade na realização dos eventos cívico. Um exemplo foi o convite, de 17 de novembro de 1975, do Colégio Estadual Dr. Emílio Silveira à diretora do Polivalente para as cerimônias do dia da Bandeira, 19 de novembro, que contaria com hasteamento da Bandeira, inauguração da

quadra da escola e entrega de prêmio às escolas participantes do desfile da Independência daquele ano.

Outro aspecto a ser destacado eram as orientações enviadas pela Diretoria da Delegacia Regional de Ensino de Varginha às escolas. Em 1975, uma circular de 21 de novembro, orientava à direção do Prof. Vianna sobre a realização de uma cerimônia cívico-religiosa em comemoração ao dia nacional de Ação de Graças. O documento apresentava sugestões de atividades que deveriam ser realizadas correlacionadas com ensino religioso, EMC, Comunicação e Expressão e Educação Artística.

No ano de 1976, a DRE de Varginha encaminhou ao Polivalente duas sugestões de atividades para Semanas Cívicas. A primeira seria a Semana da Comunidade, a ser realizada entre 20 e 24 de setembro. A segunda, a Semana Florestal, para comemoração do dia da Árvore. Neste ano, a DRE propunha para a Semana da Pátria uma série de diretrizes, e um roteiro das atividades a serem realizadas: palestras e atos cívicos na escola; bailes, espetáculos e demonstrações culturais; competições esportivas; e, no dia 7 de setembro, desfiles militares e estudantis. Indicava ainda que os professores realizassem pesquisas históricas sobre como ocorreu o grito do Ipiranga e que as escolas dessem ênfase à exibição da bandeira nacional ao longo da semana (FILGUEIRAS, 2018).

No ano de 1981, uma circular da DRE de Varginha aconselhava a realização do “momento cívico” nas escolas, constituído pelo canto dos hinos Nacional e da Bandeira e pelo hasteada da Bandeira uma vez por semana. O documento informava que essas ações colaborariam para a educação moral e cívica dos jovens, que compreenderiam os seus “nobres e transcendentais deveres de cidadania”.

Outra circular, de 13 de agosto de 1982, sugeria atividades para a semana da Pátria e apresentava a seguinte introdução:

Tendo em vista a aproximação da data magna de nossa Pátria e, preocupando-nos com o sentimento de civismo que temos responsabilidade de desenvolver em nossos educandos, solicitamos o empenho de vossa senhoria junto aos senhores professores e alunos desse estabelecimento, visando o desenvolvimento de um trabalho durante a semana que antecede às comemorações de 7 de setembro, procurando despertar o interesse dos alunos, para que sintam-se motivados a participarem de trabalhos que valorizem o fato histórico de tão grande importância para nós brasileiros.

Novamente as sugestões indicavam hasteamento da Bandeira e canto do hino nacional, recitações de poesias e jograis, concursos de cartazes, slogans e composições, além de exposições de murais e “pesquisa e apresentação, por professores e alunos, de fatos interessantes, relacionados com a data, que não são divulgados pela História”.

Além da Semana da Pátria e do aniversário da cidade, os documentos das escolas informaram como eram organizadas comemorações da Proclamação da República e do aniversário da Revolução de 1964. No Prof. Vianna foi localizada uma programação (sem indicação de data) que dividia as atividades programadas para o dia da Proclamação da República entre as áreas do currículo. Além da organização do desfile cívico, a área de Estudos Sociais estava responsável pela pesquisa dos alunos sobre a Proclamação da República e o dia da Bandeira, a elaboração de cartazes com todos os presidentes brasileiros, a produção das biografias de Marechal Deodoro, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e a pesquisa sobre os “atuais presidentes”, seus planos de governo e propostas. Sobre o aniversário da Revolução de 1964 foi localizado um ofício, de março de 1979, em que o Tenente do Tiro de Guerra de Alfenas convidava as escolas para as comemorações do “15º aniversário da Revolução Democrática de março de 64”.

Os eventos cívicos realizados pelas escolas influenciavam na conformação dos corpos e na construção de culturas específicas em cada instituição educativa, mas também buscavam configurar uma cultura compartilhada, a partir de valores e sentimento de pertencimento e de construção de identidade, que integravam as diferentes escolas e a comunidade de Alfenas, sobretudo por meio dos desfiles realizados na praça central da cidade. Conforme destacam Helenice Ciampi e Alexandre Godoy (2013, p. 8), ao analisar algumas escolas durante o regime militar em São Paulo, as campanhas, espetáculos cívicos e fanfarras buscavam manter a tradição das comemorações escolares e passaram a ocupar um lugar privilegiado nas atividades das escolas, em razão da diluição das finalidades educativas das disciplinas. Essas atividades desempenhavam um papel de contribuir para a socialização dos alunos em âmbito local e nacional em detrimento das motivações pedagógicas, coordenadas, em momentos anteriores, pelas disciplinas escolares. De acordo com os autores:

Independente da especificidade de cada escola, os livros de visitas registram com certa regularidade a atuação dos centros cívicos e as comemorações cívicas, com destaque para o “31 de março” e “Semana da Pátria”, significando que o currículo deveria mais socializar o Município com a União do que buscar uma integração entre comemorações cívicas e disciplinas escolares (CIAMPI; GODOY, 2013, p. 10).

As festas exerciam o papel de “transmitir uma cultura comum” e “difundir valores morais e cívicos, em várias instâncias na formação do imaginário social” (CIAMPI; GODOY, 2013, p. 8). Em Alfenas as comemorações cívicas estavam no centro das atividades escolares

e da cidade como um todo, incluídas nos calendários e realizadas sob responsabilidade dos professores.

De acordo com Antônio Simplicio de Almeida Neto (2014), as comemorações cívicas, ao lado de outras práticas realizadas no cotidiano escolar, como o hasteamento da bandeira, canto do hino nacional, desenhos de sujeitos históricos etc., expunham “os diversos mecanismos de poder estabelecidos no interior da escola e, em contrapartida, nos apontam caminhos para uma aproximação dos possíveis posicionamentos dos professores, em especial os de História, diante dessa estrutura” (p. 64). Nesse sentido, é importante ressaltar as palestras ministradas pelos professores do Polivalente em 1972, que demonstraram uma concordância com o momento histórico vivido. Por outro lado, a interferência da Secretaria de Educação, da Diretoria Regional Educação de Varginha e da Prefeitura de Alfenas também indicavam todo um processo de conformação e normatização das práticas escolares.

AS FANFARRAS E O GRUPO DE GINÁSTICA

Os álbuns do colégio Dr. Emílio Silveira e do ginásio Polivalente possuíam muitas fotos de participação das escolas em eventos realizados entre 1970 e 1980. As fotografias registravam apresentações tanto dentro quanto fora do espaço físico das instituições, com destaque para participação das fanfarras e do grupo de ginástica Moderna do Polivalente.

A criação da fanfarra do ginásio Polivalente foi incentivada pela Secretaria de Estado de Educação e pelo PREMEN-MG. Esse incentivo foi registrado em algumas trocas de correspondências. Em 1974 foi oficialmente constituída, após o recebimento de doze instrumentos musicais. Ao longo da década de 1970 a fanfarra do Polivalente tornou-se uma atividade extraclasse de grande significado para a escola, chegando a receber um prêmio de melhor fanfarra da cidade pela prefeitura em 1977.

A grandiosidade da fanfarra do Polivalente se tornou reconhecida no sul de Minas Gerais, evidenciada pelos convites recebidos para participação de eventos em diversos municípios da região, como o convite da prefeitura de Serrania, em 1978, para o 40º aniversário da cidade, ou do município de Campos Gerais, em 1979, que solicitava a apresentação da fanfarra na solenidade cívica de aniversário da cidade. A diretora do Polivalente, ao narrar sobre a Fanfarra, demonstrava cuidado e afeição: “lá foi uma escola assim, de muito trabalho realizador. E as fanfarras, eu organizei a fanfarra, cada ano eu cuidava de comprar alguns instrumentos, porque lá em São Paulo eu comprava, treinava, arrumava treinador. Os meninos vibravam com a fanfarra”.

O grupo de ginástica moderna do Polivalente também consta dos registros fotográficos, com muitas fotos de apresentações nos desfiles cívicos e outros eventos, entre eles a exposição de Artes Práticas e o desfile do 110º aniversário de Alfenas, ambos de 1979. Entre as legendas frases como “momentos mais importantes do desfile da Escola Estadual ‘Antônio Joaquim Vieira’ por ocasião dos festejos de mais um aniversário da cidade”. Nas fotos, meninas uniformizadas de verde, segurando uma faixa com o escrito: “A Escola Estadual Antônio Joaquim Vieira de Alfenas parabeniza o povo desta querida cidade” em uma das ruas centrais de Alfenas, cheia de pessoas que acompanhavam o desfile.

A fanfarra da escola Dr. Emílio da Silveira também foi lembrada como importante atividade extraclasse realizadas pela instituição. Uma professora que lecionou na escola nos anos 1970 e ministrava aulas de História, EMC e OSPB, recordava que a fanfarra era muito famosa, os alunos penavam para conseguir um lugar e era requisitada para se apresentar em diferentes lugares. Já a ex-aluna, que estudou no Dr. Emílio da Silveira também na década de 1970, enfatizava

tinha a fanfarra. A gente ia nos desfiles daquela época, toda a escola. Tinha as balizas, os carros alegóricos e nós também, desfilando, todo mundo lá. E a nossa fanfarra era um show! Então tinha uma coisa, assim, que era fenomenal. Era a última que passava, que era a que todo mundo esperava.

[...]

aquilo era famosíssimo! Era uma coisa assim, extraordinária na época... Meus irmãos tocavam na fanfarra, eu não, mas meus irmãos tocavam. Ela era a última que passava, ficava o desfile inteirinho esperando passar a fanfarra do Emílio Silveira!

As Fanfarras e o grupo de ginástica moderna representavam para as escolas um modo de divulgar para a comunidade o trabalho realizado com os alunos. Integravam as práticas escolares que visavam disciplinar os estudantes, mas também funcionavam como símbolo de uma identidade das escolas, afirmada pela ideia de um trabalho coletivo. Ao mesmo tempo que evidenciavam características cívico-patrióticas das atividades extraclasse, as fanfarras e o grupo de ginástica moderna ultrapassavam a perspectiva de uma imposição do regime militar, mas foram integradas à cultura escolar das instituições e se tornaram referência na cidade de Alfenas e em outras cidades do sul de Minas Gerais.

OS CONCURSOS CÍVICOS

O último grupo de fontes selecionado nos arquivos das escolas Prof. Vianna e Polivalente foram ofícios que tratavam da participação dos estudantes em campanhas e concursos cívicos criados no âmbito do Ministério da Educação por meio da Comissão

Nacional de Moral e Civismo (CNMC) ou da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Estes concursos datam da segunda metade dos anos 70 até o começo dos anos 80. Dentre as atividades, destacou-se a participação do ginásio Polivalente em um projeto intitulado “Programa Contribuinte do Futuro”, ação realizada pela CNMC em parceria com a Secretaria da Receita Federal. De acordo com a documentação encontrada, o programa tinha como objetivo central “despertar na criança brasileira noções de responsabilidade quanto ao dever tributário”. O programa consistia na elaboração de redações pelos alunos (FILGUEIRAS, 2018).

Concursos sobre a Independência do Brasil organizados pela SEE-MG também ocorriam. Em 1976 o ginásio Polivalente participou de um concurso de redação para a Semana da Pátria com o tema “A comunidade da escola”. No ano seguinte, no primeiro semestre, a escola recebeu o edital para participação no “Concurso sobre os símbolos nacionais e a terra de origem”, promovido pela SEE-MG em parceria com a Comissão Nacional de Moral e Civismo (FILGUEIRAS, 2018). O concurso pretendia “desenvolver nos alunos de todos os níveis o conhecimento e o amor cívico em torno dos símbolos nacionais e da terra de origem”. Dividido em quatro etapas, seria efetivado em esfera municipal, estadual, regional e nacional, por meio da realização de redações. Os temas das provas dissertativas versariam sobre “Símbolos nacionais” e sobre o tema “Terra de origem”:

seus antecedentes históricos, realçados vultos e efemérides, sua geografia física, política, social e econômica, [...] apreciação dos seus problemas de maior urgência e soluções aplicáveis, recomendando-se especial ênfase para contribuições culturais, científica, artísticas e sobretudo cívicas, inclusive: motivos folclóricos, atrações turísticas, empreendimentos de proteção comunitária e defesa civil (p. 2-3)

Dentre os avaliadores, deveriam integrar professores de Educação Moral e Cívica, de História ou Estudos Sociais, de Língua Portuguesa e representantes das prefeituras/DREs. No ano de 1979, a escola Prof. Vianna participou do “Concurso de Composições sobre a Semana da Pátria”, promovido pela SEE-MG para os alunos de 1º e 2º graus. O objetivo do concurso era “Despertar nos alunos o sentimento cívico e o sentido de sua participação como cidadão participante”.

A DRE de Varginha também esteve responsável pela organização de uma série de concursos. Em dezembro de 1977 o Núcleo de Programas Culturais e Especiais promoveu o “1º Concurso Estudantil de Poesia”. Já em outubro de 1978 foi instituído o “Concurso Literário sobre a Bandeira Nacional”, “com o objetivo de incentivar a juventude a participar

das comemorações do dia da Bandeira”. No mesmo ano foram promovidos mais quatro concursos: “Barroco: uma visão mais ampla”; “concurso Literário Santos Dumont”; “Dia do Idoso”; e um concurso de redação para comemoração do “Dia da Abolição”, que deveria influenciar nos estudantes o “estudo da contribuição da cultura negro-africana ao folclore brasileiro”.

Ainda em 1978 o MEC, por meio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, lançou o “Concurso Nina Rodrigues”. Os temas sugeridos para a redação indicavam a contribuição negra nas comidas, instrumentos musicais, religião, danças, folguedos, medicina, artesanato, teatro, linguagem e mitologia. No ano de 1979 ocorreu o “Concurso Marechal Rondon”, também sob responsabilidade do MEC, como parte das comemorações do dia do índio, que procurava estimular o estudo pelos alunos da contribuição da cultura indígena ao folclore brasileiro.

Os concursos cívicos, patrocinados pelos diferentes órgãos, integraram parte das atividades realizadas pelas escolas. Neles, eram reforçados valores morais e de exaltação da pátria, por meio de estudos sobre os símbolos nacionais, as contribuições dos diferentes grupos e sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os rituais e comemorações cívicas integraram o cotidiano das três escolas analisadas desde as suas origens. Instituições criadas nos anos 1960 e 1970, momento de grande expansão a escolarização e, em decorrência, de entrada de novos grupos sociais nas instituições de educação formal. As escolas seguiam os regulamentos e normas prescritos pelo MEC e pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que davam ênfase à participação nas comemorações e atividades cívicas. Datas como o dia da Independência e o aniversário de Alfenas foram celebrados regularmente todos os anos. As fontes dos arquivos e os depoimentos revelaram o interesse por parte das instituições, dos diretores, professores e estudantes, em participar dessas comemorações. Os alunos participavam de projetos que se iniciavam nas escolas, mas se expandiam para fora delas, como as fanfarras, os concursos de redação e a ginástica moderna.

As fontes indicaram que eram os professores de História, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Educação Física e Comunicação e Expressão, responsáveis pela organização das comemorações cívicas e os concursos escolares. Esses eventos estimulavam sentimentos de pertencimento dos alunos à uma “fraternidade universal”, que integrava a cidade à nação,

incorporava Alfenas “aos destinos da Pátria”. Nessa perspectiva, o ensino de história se manteve como disciplina responsável por conceber tradições compartilhadas, por meio dos saberes ministrados nas salas de aula, mas também pelas outras práticas cotidianas, nas celebrações aos heróis nacionais, nas apresentações de poesias, pesquisas históricas e nos concursos de redação.

Entre as normas prescritas e os fazeres cotidianos, diferentes culturas foram se constituindo nas três escolas da cidade. Em comum a valorização de uma educação cívica composta por atividades que integravam o cotidiano dessas instituições e que ultrapassavam os seus muros, ao se tornarem práticas compartilhadas por toda a cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, A. S. de. Cultura Escolas e ensino de história em tempos de ditadura militar brasileira. **OPSIS**, Catalão-GO, v, 14, n. 2, p. 56-76, jul./dez. 2014. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30812/18051>>. Acesso em: 5 abr. 2019

_____. **O Ensino de História no Período Militar: Práticas e Cultura Escolar**. 1996. 216f. Dissertação (Mestrado em Didática). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996

ALVES, M. M. **Beaba dos MEC-USAID**. São Paulo, 1988. 111p.

ARAPIRACA, J. O. **A Usaid e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 1982 190p.

AYER, A. V. M. **A Educação em Alfenas nas décadas de 60/70**. Belo Horizonte, 1991. 296p.

BEISIEGEL, C. de R. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, vol. 4. São Paulo: Difel. 1984, p. 383-416.

BENITO, A. E. **A escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Alinea, 2017, 282 p.

BITTENCOURT, C. M. F. As “tradições nacionais” e o ritual das “Festas Cívicas”. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 43-72

CIAMPI, H.; GODOY, A. P. Em nome da ordem: as escolas municipais de primeiro grau na cidade de São Paulo na época da ditadura militar (1964-1985). In: **VII CBHE**, 2013, Cuiabá, Anais... Cuiabá, 2013, p. 1-15

FILGUEIRAS, J. M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática**. 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A expansão da educação escolar em Alfenas-MG nos anos 1960 e 1970. In: **XI COLUBHE**, 2016, Porto, Anais... Porto. 2016. p. 03-15

_____. Ensino de história e cultura escolar durante a ditadura militar em Alfenas: as possibilidades dos arquivos escolares. In: **XI ENPEH**. 2018, Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Educação; ABEH. Anais... Rio de Janeiro, 2018. p. 142-151.

Disponível em: < https://xienpeh.ufrj.br/wp-content/uploads/anais_xi_enpeh_final.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019

FRAGO, A. V. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo, 2007. 106p.

HALBWACHS, M. A memória coletiva e a memória individual. In: _____. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1990, p. 25-52

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992. Disponível em:

< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 5 abr. 2019

RESENDE, L. A. V.; GOLÇALVES NETO, W. Os colégios polivalentes em Minas Gerais: a experiência da escola estadual Guiomar Freitas Costa (Uberlândia, 1971-1980). **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 22, n. 48, p. 127-145. Jan./abr. 2013. Disponível em:

< <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/851>>. Acesso em: 5 abr. 2019

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp. 1998. 304p.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez. 2008. 320p.

VIDAL, D. G. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al (Orgs.) **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 59-71

_____. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera. (Org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados. 2005. p. 3-30